



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL E DO ASSÉDIO SEXUAL NO ÂMBITO DO TRES

Às 13h00min do dia 13 de dezembro de 2022, iniciou-se, por meio virtual, a reunião da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com a presença dos seguintes membros: Dra. Ana Cristina da Rosa Grasso (Coordenadora), Ana Claudia Furtado Vidal, Ayrton Belarmino de M. M. Teixeira, Alexsandra Assis Casagrande, Maria Eduarda de Melo, Dra. Neura Maria Correa Costa e Luciana Dallagnol Carlin e tendo como secretária a servidora Samyle Santos do Carmo. A Coordenadora da Comissão, Dra. Ana Cristina da Rosa Grasso, deu início à reunião apresentando a pauta, que já havia sido encaminhada aos membros pelo grupo do whatsapp da Comissão. Explicou sobre as dificuldades enfrentadas para implementar ações no ano de 2022, por se tratar de ano eleitoral, e passou a listá-las: a) realização de palestra sobre o tema da Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual, ministrada pela Dra. Mayra Cotta, com participação das debatedoras Polianna Pereira dos Santos e Celina Costa; b) lançamento da Ouvidoria da Mulher do TRE-SC com palestra que abordou a violência política de gênero com participação das palestrantes Jamile Coelho, Polianna Santos e Raquel Branquinho; c) sugestão à Presidência do TRE-SC para realização de curso sobre assédio moral e sexual pelos gestores; d) acompanhamento da primeira notícia de assédio recebida pela comissão; e) desenvolvimento de formulário a ser aplicado aos servidores no ano de 2023, objetivando coleta de dados que subsidiarão reflexão acerca da discriminação e assédio institucional (a ser ainda validado pela SDO); f) encaminhamento a todos os cartórios eleitorais de material informativo elaborado pela Universidade Federal de Santa Catarina acerca do assédio no ambiente de trabalho. Em seguida, apresentou proposta de ações a serem realizadas no ano de 2023: a) aplicação do formulário para coleta de dados acerca da discriminação e do assédio institucional; b) proposição de aproveitamento do Encontro de Chefes de Cartório e Encontro dos Servidores da Sede para realização de breve palestra e considerações acerca do assédio moral e sexual no âmbito do TRE-SC; c) realização de Palestras/Seminários/Workshops/Oficinas na Semana de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual instituída pelo CNJ; d) prática constante de medidas no sentido de conscientizar e informar os servidores acerca das práticas de assédio institucional e seus efeitos. Passou, então, a palavra para Ana Claudia, que iniciou sua fala agradecendo o empenho da Dra. Ana na condução dos trabalhos da Comissão. Ressaltou a preocupação da SGP com o clima organizacional das unidades, que pode ser impactado por condutas assediosas. Defendeu que o combate ao assédio é necessário não somente por preocupação com os servidores, mas também com os resultados, pois somente é possível ter resultados promissores em um ambiente de pessoas saudáveis. Destacou a necessidade fundamental de desenvolver e aprovar o fluxo de trabalho da Comissão, tendo em vista as dificuldades enfrentadas para tramitação da primeira notícia de assédio recebida sem um procedimento previamente definido, ainda que, em sua avaliação, a



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Comissão tenha cumprido o seu papel no referido processo, com o acompanhamento da denunciante por meio de escuta realizada pela estagiária Maria Eduarda (estudante de psicologia e membro da Comissão). Por fim, concordou com a proposta da Dra. Ana de divulgar a existência da Comissão nos eventos de servidores programados para o ano de 2023. Passou a palavra para Maria Eduarda, que compartilhou brevemente como ocorreu o acompanhamento da denunciante, destacando a importância desse trabalho, tendo em vista a necessidade de apoio e acolhimento demonstrado pela suposta vítima. Em seguida, Luciana Carlin apresentou sugestão para dar maior visibilidade à página da Comissão na intranet e destacar os meios de contato para realização de denúncia, o que foi acatado por todos. Por sua vez, Alessandra propôs que fosse criado um calendário para as reuniões da Comissão a fim de que os membros consigam se preparar com mais antecedência. Questionou a necessidade de participação de magistrados na composição da Comissão, tendo em vista as dificuldades para conciliação da atividade judicante com os trabalhos nesse colegiado e, ainda, em razão da necessidade de substituição dos membros dessa categoria quando do término do seu biênio. Concordou com a necessidade de definição do fluxo de trabalho da Comissão e se demonstrou surpresa por não ter tomado conhecimento antes a respeito da notícia de assédio, tendo solicitado maiores detalhes sobre o processo, inclusive para contar com o apoio da Comissão de Assédio do Sindicato, se necessário. Com a palavra novamente, a Dra. Ana explicou que, devido ao período eleitoral, não considerou oportuno o agendamento de reunião e que também prezou pelo sigilo do caso. Esclareceu que a participação dos magistrados na Comissão decorre de determinação do CNJ e, portanto, a questão do biênio é uma realidade que precisa ser enfrentada. A Dra. Neura se manifestou favorável à proposta de agendamento prévio das próximas reuniões e informou que também não tomou conhecimento a respeito da notícia de assédio recebida pela Comissão. Alessandra, então, se manifestou mais uma vez solicitando o envio a ela e à Dra. Neura do relatório da investigação preliminar sobre a referida notícia. Ressaltou, ainda, a importância da participação da Comissão nos eventos dos servidores. Sugeriu, por fim, o agendamento de reuniões regulares no primeiro semestre do ano de 2023, sendo a primeira já em fevereiro para discutir sobre o fluxograma da Comissão. Novamente com a palavra, Maria Eduarda informou sobre um e-mail encaminhado por ela à Comissão sobre a disponibilidade da sua professora para a elaboração do referido fluxograma. A Dra. Ana solicitou que fosse reenviada a proposta de fluxograma elaborado por Luciana Carlin, o qual já foi compartilhado com o grupo anteriormente. Por fim, informou sobre a proximidade do término do seu biênio e aproveitou a oportunidade para deixar registrado o seu agradecimento ao Presidente e ao Vice-Presidente do TRE-SC pela sensibilidade ao tema e a disponibilidade em colaborar e atender às sugestões da Comissão. Agradeceu também pela parceria com Ana Claudia e com os demais membros. Ao final, solicitou que fosse verificado junto à Presidência a possibilidade de ela seguir a frente dos trabalhos da Comissão até a indicação do seu substituto. E, nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião às 14h05 e eu, Samyle Santos do Carmo, lavrei a presente ata, que vai assinada digitalmente por mim e pelos demais presentes.

Florianópolis, 13 de dezembro de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Dra. Ana Cristina da Rosa Grasso (Coordenadora)

Ana Claudia Furtado Vidal

Ayrton Belarmino de M. M. Teixeira

Alexsandra Assis Casagrande

Maria Eduarda de Melo

Dra. Neura Maria Correa Costa

Luciana Dallagnol Carlin

Samyle Santos do Carmo (Secretária)